



XIX
Seminário
Interinstitucional
de Ensino, Pesquisa e Extensão

XVII
Mostra
de Iniciação Científica

XII
Mostra
de Extensão

I
Mostra
de Pós-Graduação



A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

DORNELES, Elizabeth F.¹; CORRÊA, José Carlos S.²

Palavras-chave: Corede Alto Jacuí. Sociedade civil. Análise do discurso. Participação popular.

1. INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa do qual resulta esse texto foi feito a partir da experiência de docentes universitários que vivenciam há alguns anos o contexto do processo de consulta popular na região do Conselho Regional de Desenvolvimento do Alto Jacuí – Corede Alto Jacuí. O projeto denomina-se “A mobilização da sociedade civil nos processos de participação popular e cidadã: uma construção por dentro ou por fora? Na nossa atividade extensionista, onde se estreitam as relações universitárias com a comunidade de inserção, ficamos expostos ao contato permanente com a população, suas potencialidades, sua cultura política e também suas fragilidades. Isso foi produzindo interrogações, desejo de ampliar a compreensão do universo econômico e social onde atuamos. Fomos fazendo perguntas às quais sistematizamos no projeto de pesquisa que, submetido ao edital 16/2012 da FAPERGS e aprovado. Nessa convivência com os aspectos regionais, observávamos que, apesar do crescente aumento do número de votantes nos processos de consulta popular com vista ao orçamento participativo, eram instituições, especialmente as lideradas por funcionários públicos, que estavam a frente do processo de participação popular. De acordo com Teixeira (2002), os processos de participação popular estão entre as formas diferenciadas de expressão e ação coletivas e neles é importante que se considere o elemento político na relação social. A participação pode ser dividida entre participação orientada para a decisão e participação orientada para expressão. A primeira é caracterizada pela intervenção de forma organizada, não episódica, pelos atores da sociedade civil no processo

¹Professora Dra. Docente do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da UNICRUZ. Coordenadora do projeto de pesquisa financiado pela FAPERGS/FDRH. E-mail edorneles@unicruz.edu.br

² Professor M.Sc. Da UNIPAMPA, doutorando pela UNISC. Colaborador do projeto de pesquisa financiado pela FAPERGS/FDRH. e-mail jozeca@terra.com.br



XIX
Seminário
Interinstitucional
de Ensino, Pesquisa e Extensão

XVII
Mostra
de Iniciação Científica

XII
Mostra
de Extensão

I
Mostra
de Pós-Graduação



decisório; já a segunda possui um caráter mais simbólico e voltado para a expressão, caracterizada pela marcação da presença na cena política, mesmo que eventualmente possa ter impacto ou influência no processo decisório. (Teixeira, 2002) Também foram trazidas as ideias de Nogueira (2005), Bobbio (1986). No Brasil, em oposição ao Estado militarizado pela ditadura de 64, ganhou muito espaço a dicotomia sociedade civil/Estado. Onde a primeira reunia as forças que se aglutinavam contra a ditadura, pela volta do Estado democrático e, a segunda, apontava para o Estado militarizado. Na perspectiva da totalidade, as duas sociedades tem formado parceria para defenderem projetos polarizados: um no Estado mínimo, neoliberal, e, outro, o Estado da radicalização do aprofundamento democrático. No espaço dessas lutas se mantém tensão permanente onde, pela própria fragilidade da democracia, a sociedade civil age na perspectiva da democracia representativa, quando delega pelo voto poderes para um representante e ausenta-se do processo, deixando para os eleitos toda condução dos processos políticos. Fundamentam a discussão Baquero (2011), Fontes (2009), Dagnino (2004), Santos (2002).

2. METODOLOGIA

A metodologia usada são os procedimentos teórico-metodológicos próprios à Análise do Discurso, de linha francesa –AD, portanto é uma pesquisa de predominância qualitativa. A pesquisa convoca o campo da ciência linguística e o das ciências sociais e aplicadas. A própria AD constitui-se como uma disciplina de interpretação e de entremeio, situada entre a História, a Psicanálise e a Linguística, conforme Orlandi (1996) e Pêcheux (1975; 1995). A linguagem é a materialidade que possibilita o acesso ao discurso, ao **sujeito da sociedade civil**, que no processo discursivo passamos a designá-lo por **sujeito da participação popular**. Situados nessa perspectiva teórica e orientados pelo projeto de pesquisa realizamos o trabalho através das ações que compreenderam pesquisa bibliográfica, análise documental, entrevistas semiestruturadas, formação de arquivos, análise e sistematização.



**XIX
Seminário**
Interinstitucional
de Ensino, Pesquisa e Extensão

**XVII
Mostra**
de Iniciação Científica

**XII
Mostra**
de Extensão

**I
Mostra**
de Pós-Graduação



3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise partiu das condições de produção dos acontecimentos históricos que deram origem ao Conselho Regional de Desenvolvimento do Alto Jacuí, com o objetivo de compreender como eles produzem fios discursivos que vem desaguar no sujeito da PPC, protagonista do processo nos anos 2009, 2010, 2011 e 2012. A análise tomou os documentos constitutivos do Corede e as leis que instituem os Coredes no Rio Grande do Sul e as que estruturam as gestões de Ieda (2007-2010) e a de Tarso(2011-2014). Nesses documentos a expressão participação se coloca como pré-construído que é base do processo discursivo que se instaura em cada um dos diferentes períodos políticos do Estado, acerca da participação popular. A análise localizou a movimentação do sujeito da participação popular – SPP em quatro posições-sujeito: a de quem participa do processo orientado pela compreensão da participação como exercício de cidadania e que designamos por posição-sujeito politizado – PSP; a de quem está atuando no processo por compromisso funcional e que busca articular votos para demandas específicas de sua instituição, que designamos por posição-sujeito indutor – PSI; a posição de quem vota porque houve indução de alguém que, na maioria das vezes, lhe apresenta a sugestão de demandas a serem escolhidas, que designamos por posição-sujeito adicional – PSA e a de quem vota porque tem uma demanda específica que deseja ver contemplada no orçamento do Estado, que designamos como posição-sujeito pragmático – PSPR.

4. CONCLUSÕES

A concepção de política extremamente relacionada ao sujeito da política partidária coloca em suspensão uma parte constitutiva inerente ao próprio sujeito. A negação da política ou a concepção de que ela é um mal ou de que está mal perpassa o arquivo empírico composto das entrevistas. A análise documental nos permitiu compreender o descaso ou até o desconhecimento de alguns gestores públicos municipais acerca dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento – Comudes. Conselhos que tem sido alvo de atenção somente no período do PPC. O medo manifesto dos prefeitos no ato de discussão e criação dos Coredes de que perderiam espaço político ressoa na relação prefeituras/Comudes. Ao longo do trabalho analítico fomos localizando a relação entre a participação popular e a questão orçamentária do Estado, entendemos que esse instrumento realmente provoca a participação, mas como mostramos na análise da constituição



das posições-sujeito, essa relação tem produzido efeitos perversos para a efetiva cidadania através da participação democrática. A importância dos representantes institucionais públicos e privados para a indução do processo não pode ser desprezada, mas a atuação carece de maior organização para o debate que prepara e antecede o momento de buscar o voto. As posições assumidas mostram que essa relação de subordinação do eleitor ao indutor contribui para sedimentar a cultura política da inércia de um e a da extrema agilidade do outro na busca do atendimento de suas demandas. A relação fica desequilibrada;

REFERÊNCIAS

BAQUERO, Marcello. Padrões de constituição da cultura política na América Latina no século XXI. In: **Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. (p.25-46).

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In:

FONTES, Virginia. **Sociedade civil**. Disponível em: www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/socciv.html Acesso em 2 jul. 14.

NOGUEIRA, Marco Aurelio. **Um estado para a sociedade civil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, Michel. (1975). **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2 ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995.

_____. & FUCHS, Catherine. (1975). A propósito da análise automática do discurso, GADET & HAK (org) In: **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

SANTOS, Boaventura. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Recife: Equip; Salvador: UFBA, 2002.